Governo Lula: um enigma a decifrar

ALTAMIRO BORGES[*]

"Decifra-me ou te devoro". As esquerdas brasileiras estão diante de um intricado enigma. A exemplo de outras dramáticas experiências históricas, como as dos governos João Goulart e Salvador Allende, elas precisam calibrar bem suas análises para não menosprezar a adversa correlação de forças, nem errar na caracterização da natureza do governo Lula. Do contrário, o que poderia ser uma oportunidade ímpar para o avanço das forças socialistas pode virar outra frustrante tragédia. Não há no horizonte o perigo de um novo golpe militar, mas sim o da perpetuação da destrutiva e regressiva hegemonia neoliberal – este novo tipo de "fascismo societário", segundo a instigante análise do intelectual português Boaventura Santos.

Até agora, as avaliações sobre o governo Lula são as mais desencontradas. Para uma ampla parcela da população marginalizada e inorgânica, o presidente-operário ainda goza de certo respaldo – como atestam as pesquisas de opinião. Já as classes dominantes realizam um hábil jogo duplo, tentando transformar a sua derrota eleitoral numa vitória política. Aplaudem entusiasticamente os elementos de continuidade do receituário neoliberal e, ao mesmo tempo, fazem chantagens e ameaças na tentativa de enquadrar o novo governo – como nos panfletos hidrófobos de parte da mídia e no constante terrorismo do "deus mercado".

Neste jogo embaralhado, as esquerdas políticas e sociais parecem perplexas. Um setor pensa ter alcançado o paraíso, atingindo seu clímax estratégico, e adota uma postura acrítica, passiva e até deslumbrada. Outro bloco, como que desiludido – talvez porque alguns tenham nutrido muitas ilusões –, apressa-se em taxar o novo governo de traidor e engrossa o time da oposição. Sua aposta num novo partido de esquerda, porém, esbarra em obstáculos objetivos; ele nasce fraturado e com precária base. Por último, um bloco composto por várias forças – como o MST, CUT, UNE

---

[*] Altamiro Borges é jornalista, editor da revista *Debate Sindical* e dirigente do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

e pastorais sociais – procura interferir nos destinos do novo governo, partindo da premissa de que este é marcado pela tensa disputa entre o continuísmo e a mudança.

Natureza do governo

A prática é o critério da verdade. Só a história dirá qual destas táticas está ajustada à complexa realidade atual. Mas neste processo de monitoramento da conjuntura alguns elementos servem de balizas. No que se refere à natureza do novo governo, há sinais evidentes de que a vitória eleitoral de 2002 representou um revés, ao menos temporário, da ofensiva neoliberal. Após um longo período de hegemonia acachapante na América Latina, que transformou a região num laboratório destas experiências, o neoliberalismo passou a sofrer derrotas. Neste quadro promissor, a vitória da oposição no Brasil teve dimensão histórico-universal.

É certo que o país já teve curtas experiências de governos progressistas, comprometidos com projetos de desenvolvimento nacional. Mas nunca em sua história ele foi governado por forças tão identificadas com as lutas populares – forças que, apesar dos pesares, tiveram papel de destaque no combate à ditadura e na resistência ao neoliberalismo. Com exceção de setores mais voluntaristas, o grosso das esquerdas resolveu apostar nessa experiência inédita. E a não ser que se confirme a surrada tese da "traição das direções", é difícil acreditar que todas estas forças políticas e sociais tenham abandonado suas propostas e trocado de camisa – tornando-se joguetes neoliberais. Um cenário tão complexo não permite leituras tão simplistas!

Se a natureza do novo bloco no poder confirma seu caráter mais democrático, identificado com os anseios populares, também seria ilusão não enxergar as suas reais limitações. Por um lado, é visível que o partido hegemônico sofreu um processo de domesticação. Sem jamais ter definido seu projeto de socialismo, esta frente partidária, que reúne diversas frações, recuou diante da ofensiva do capital e passou a atuar dentro da ordem. Hoje defende o projeto de um capitalismo civilizado; um "reformismo moderado", segundo o ministro Tarso Genro. Esta trajetória é que confere ao PT uma difusa feição social-democrática!

Por outro lado, o governo Lula é mais amplo do que o PT. Expressa o resultado da disputa eleitoral, em que as esquerdas elegeram o presidente, mas perderam nevrálgicos governos estaduais e não obtiveram a maioria no parlamento. Como a vitória se deu no terreno eleitoral, dentro das regras burguesas, e não via uma ruptura revolucionária, a conquista da maioria institucional se tornou obrigatória; não há outra forma, mais pura, de governar. As alianças se tornam vitais, nos marcos de um novo projeto de desenvolvimento da nação. Daí o porquê da natureza política do governo Lula ser a de um governo de centro-esquerda.

Correlação adversa

Além disso, é preciso levar sempre em conta a "maldita" correlação de forças – não para se adaptar a ela, mas para superá-la. O que as recentes derrotas do neoliberalismo comprovam é que ainda não vingou um projeto alternativo, contra-hegemônico, no continente. As vitórias das forças populares não reverteram o quadro de defensiva estratégica do movimento revolucionário. Nem nas experiências mais radicalizadas da região, como na Venezuela, foi possível romper as blindagens da globalização neoliberal. Mesmo os abortos dos recentes levantes insurrecionais na Argentina, Equador e Bolívia corroboram este diagnóstico.

No caso do Brasil, estes limites também são gritantes. Entre outros, destacam-se: 1) O quadro mundial adverso que gerou um contra-senso: a vitória da esquerda numa fase de maior direitização e agressividade das potências; numa região tida como quintal dos EUA, os efeitos são evidentes. 2) A herança maldita do neoliberalismo, que não só agravou a vulnerabilidade externa, a estagnação econômica e a barbárie social, como produziu uma reconfiguração das classes – tema ainda subestimado pelas esquerdas. 3) A defensiva dos movimentos sociais que, vitimados pelo desmonte neoliberal, pouco interferiram na branda campanha eleitoral e, o que é mais preocupante, ainda aparentam dificuldades para intervir nos rumos do governo.

É nesse contexto, carregado de esperanças, mas também cheio de obstáculos bem reais, que se desenrola a experiência original do governo Lula. Pelas razões apontadas, é um governo que abre a *possibilidade* da transição do neoliberalismo para um novo projeto de desenvolvimento. Não se pretende socialista – seja pelo perfil da maioria das forças de apoio do novo bloco no poder, seja porque o socialismo não está no horizonte imediato. Mas mesmo essa transição, por mais limitada que seja, não é um fato irreversível. As forças do mercado, num estágio em que reina a ditadura do capital financeiro, não entregaram os pontos. Elas dispõem de poderosos recursos, inclusive de setores convertidos ao credo liberal no próprio Planalto.

Isto explica a dualidade reinante na curta trajetória deste governo. A luta de classes se manifesta no seu bojo. Numa ponta, transformando a necessidade da transição na virtude do continuísmo, um pólo mantém intocado o receituário neoliberal, elevando a vulnerabilidade externa, agravando a estagnação econômica e gerando recordes de desemprego. Na outra, nem sempre valorizada por áreas da esquerda, um pólo que preza pela democracia, ampliando espaços de participação popular e não criminalizando os movimentos sociais; que defende políticas de desenvolvimento; e, principalmente, que lidera uma ativa e altiva política externa – fator decisivo num mundo cada vez mais globalizado sob domínio das potências imperialistas.

Desafios da esquerda

Para as forças que não abandonaram a perspectiva socialista, o destino do governo Lula é uma questão nevrálgica. O seu êxito, no rumo da superação do neoliberalismo e da implementação de um novo projeto de desenvolvimento, é condição indispensável para a acumulação de forças e mesmo para a aproximação do objetivo estratégico socialista. Na atual correlação de forças, a sua derrota teria forte impacto negativo nas esquerdas no Brasil e no mundo. Tendo em conta que o neoliberalismo é a resposta do capital à sua própria crise estrutural, o desmonte desse projeto hegemônico representaria duro golpe nesse sistema de exploração. Se para alguns setores a vitória eleitoral representou um fim, para as forças revolucionárias ela deve ser encarada como o melhor caminho no atual estágio para a abordagem da estratégia socialista.

Neste sentido, torna-se necessário fortalecer o pólo mudancista no governo Lula. A tática atual exige uma ação concentrada, por dentro e por fora do governo, para derrotar as táticas continuístas dos neoliberais. O apoio ao governo Lula não deve ser passivo, acrítico; mas, sim, ativo, em defesa do programa mudancista consagrado nas urnas. Daí a enorme importância dos movimentos sociais brasileiros. Apesar de golpeados duramente pela avalancha neoliberal, eles ainda contam com musculatura e capacidade de atuação. A sua intensa pressão, com novas bandeiras e formas de luta, é hoje decisiva para definir os rumos do governo.

BORGES, Altamiro.Governo Lula: um enigma a decifrar. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, 2004, p.145-148.

Palavras-chave: Governo Lula; Esquerda; Brasil.